



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

07 de novembro de 2012



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: O Globo	Editoria: Educação	Data: 07/11/2012
Assunto: Dilma lançará pacto pela alfabetização na idade certa		Página: Online



DILMA LANÇARÁ PACTO PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

O pacto garantirá que todos alunos aprendam a ler e escrever até os 8 anos de idade; 5.224 municípios já aderiram ao pacto

A presidente Dilma Rousseff lança amanhã o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, uma articulação entre o Ministério da Educação, governos estaduais e prefeituras para garantir que todos os Alunos aprendam a ler e escrever até os 8 anos de idade. A iniciativa prevê que a pasta oferecerá curso e pagará bolsa de R\$ 150 mensais para 360 mil Professores das turmas do 1º ao 3º ano do Ensino fundamental, em todo o país. O MEC distribuirá material didático específico e realizará anualmente uma avaliação nacional com os Alunos do 3º ano para verificar o nível de Alfabetização.

Antes mesmo do lançamento, as 27 unidades da Federação e 5.224 municípios já aderiram ao pacto. O MEC está convencido de que boa parte dos problemas de aprendizagem no Ensino fundamental e médio começa nas séries iniciais. Dados do último Censo do IBGE indicam que 15,2% das crianças brasileiras de 8 anos eram analfabetas em 2010, taxa que subiu para 27,3% no Norte, e 25,4% no Nordeste.

Como o Censo baseia-se nas respostas das famílias, teme-se que o grau de Analfabetismo entre crianças seja maior. Anteontem, Dilma solicitou "ajustes incrementais" no pacto, que prevê também o pagamento de bolsa a 18 mil orientadores, cuja tarefa será formar os atuais Professores, a quem cabe ensinar as crianças em sala de aula. A bolsa dos orientadores será de cerca de R\$ 750 por mês.

A presidente deve reunir-se hoje com o ministro Aloizio Mercadante para bater o martelo. O governo considera indispensável o engajamento das secretarias estaduais e municipais de Educação. O conceito de Alfabetização inclui noções básicas de Matemática. As turmas iniciais do Ensino fundamental no Brasil são atendidas majoritariamente em Escolas municipais. Na ponta, portanto, a execução do pacto será tarefa das prefeituras. Daí a preocupação do MEC de assegurar o envolvimento dos estados, na medida em que muitos municípios não têm infraestrutura nem pessoal para implementar as ações.

Uma apresentação do pacto está disponível no site do MEC. Ele pressupõe que os Alunos de 6 a 8 anos não sejam reprovados dentro desse ciclo de três séries. A proposta é elogiada no Conselho Nacional de Educação (CNE):



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

- É o alicerce. Se a Alfabetização está malfeita, o resto não avança - diz o conselheiro da Câmara de Educação básica do CNE Francisco Aparecido Cordão.

O presidente do CNE, José Fernandes de Lima, destaca que será a primeira vez em que o governo assumirá concretamente o compromisso de garantir a Alfabetização de crianças, com ações articuladas e atenção para as especificidades dos estados e municípios. Ele observa que o pacto deixa claro que a obrigação do poder público vai muito além da oferta de vagas nas Escolas:

- O direito à Educação é mais do que ter a vaga. É o direito de aprender.

Cordão, por sua vez, lembra que a Alfabetização de crianças foi definida como meta no Plano de Desenvolvimento da Educação, lançado pelo ex-presidente Lula em 2007. A mesma meta consta na proposta de Plano Nacional de Educação para esta década, em análise no Congresso. O próprio CNE aprovou resolução com orientações aos sistemas de Ensino sobre como alfabetizar os Alunos até o 3º ano do fundamental.

- Não basta definir diretrizes. É preciso firmar um pacto. Tem que ser uma ação conjunta que envolva todo mundo - diz Cordão.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Geral

Data: 07/11/2012

Assunto: Enem – Correção da redação mobiliza 6.000

Página: 14

Notícias do Dia

ENEM

Correção da redação mobiliza 6.000

O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) informou ontem que 6.386 profissionais atuarão na correção das redações do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2012. Desse total, 5.683 trabalharão diretamente com os 4,1 milhões de redações que serão corrigidas. O exame foi realizado no fim de semana em todo o país. De acordo com o presidente do Inep, Luiz Cláudio Costa, esses servidores garantem a qualidade da correção das redações.

A partir desta edição do Enem, os alunos terão acesso às redações corrigidas para fins pedagógicos a partir de 15 de fevereiro de 2013, no site do Inep. Entretanto, os candidatos não poderão usar esse acesso como base para recursos na comissão organizadora da prova.

O resultado final do exame será divulgado três semanas antes da abertura de acesso à redação, no dia 28 de dezembro.

“Estamos garantindo a ele [candidato] todos os recursos na correção para que tenha tranquilidade. Com a nota, poderá reorientar-se, porque esse é o processo educativo. Tenha entrado na universidade ou não”, explicou Costa.

Todos os profissionais envolvidos na correção da redação passarão por um segundo treinamento presencial e a distância até a semana que vem, dia 14. Segundo Luiz Cláudio, o treinamento prepara os corretores para avaliar o tema deste ano: O Movimento Imigratório para o Brasil no Século 21. A partir do dia 15 de novembro, as redações dos candidatos já começam a ser corrigidas.

MEC atualiza regras do Sisu para cotas

O MEC (Ministério da Educação) atualizou as regras do Sisu (Sistema de Seleção Unificado), usado por instituições de ensino superior públicas para ingresso de alunos. As mudanças das regras farão o sistema se adequar à Lei de Cotas que reservou vagas para estudantes que fizeram o ensino médio em escolas públicas e aos alunos de famílias de baixa renda.

A lei prevê que as universidades e os institutos técnicos reservem, no mínimo, 50% das vagas para estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em escolas da rede pública, com distribuição proporcional entre negros, pardos e indígenas. O Sisu usará como critério a nota de cada candidato no Enem.



Veículo: A Notícia

Editoria: AN.Joinville

Data: 07/11/2012

Assunto: Doação de dinheiro não é obrigatória

Página: 08

A NOTÍCIA

Doação para escola não é obrigatória

Contribuição pedida pela APP confunde pais, mas deve ser espontânea, diz Gered

Não estranhe se neste período de matrículas escolar chegar um pedido de contribuição para a Associação de Pais e Professores (APP) da escola de seu filho. Este tipo de pedido, segundo a Secretaria de Educação e a Gerência Regional de Educação, até pode ser feito por escolas públicas, mas que fique claro: trata-se de uma doação e não uma obrigação.

A dúvida está presente na cabeça de muitos pais. O pedido de contribuição, na maioria dos casos, está especificado na matrícula. A quantia arrecadada é repassada para a Associação de Pais e Professores (APP), que encaminha os recursos para a manutenção da unidade escolar. "Caso haja denúncia de mau uso, uma equipe do Conselho Municipal de Educação é chamada", explicou a secretária de Educação, Vanessa da Rosa.

O ideal, explicou a presidente do conselho, Marly Kruger, é

que a APP não especifique uma quantia para doação. O pai pode doar a quantidade que quiser, seja R\$ 0,50 ou R\$ 50. "O aluno não pode sofrer qualquer tipo de rejeição, caso o pai resolva não contribuir. Não existe uma lista negra."

No entanto, o pai de uma aluna da Escola Estadual Maestro Francisco Manoel da Silva, do bairro Vila Nova, achou estranho quando o pedido de R\$ 10 foi enviado para os alunos em um envelope. "Parece que já enviaram o envelope para mandarmos dinheiro. Quando minha filha chegou na secretaria da escola sem a contribuição, a professora que a atendeu fez cara feia e disse que 'a escola era dela também'. Minha filha se sentiu constrangida", afirmou o pai.

Segundo ele, professores foram de sala em sala para falar da contribuição para a APP.

Segundo a gerente regional de educação, Clarice Portella, responsável pelas escolas estaduais, a diretora da Manoel Francisco passou nas salas para lembrar da contribuição, mas ela nega que tenha havido constrangimento.

De qualquer forma, a Gered não recomenda que cobranças sejam feitas pela escola.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Dinheiro aplicado na escola

Na Escola Estadual Germano Timm, por exemplo, o diretor Carlos Castilho Wolff explicou que as doações para a APP não estão vinculadas à matrícula. “Doa quem quiser e o valor que quiser”, afirmou. A quantia arrecada, ressaltou, será investida na instalação de ventiladores, ainda neste ano. Também na Escola Municipal Castello Branco a contribuição não é pedida de forma verbal e a quantia a ser doada é escolhida pelo res-

ponsável. O dinheiro é investido em prol dos alunos, assim como na Escola Rural Hermann Müller, que mesmo com poucas crianças, cerca de 70, investe o dinheiro em eventos para alunos e família.

“Cada pai doa quanto quiser e puder. Fazemos anualmente duas promoções. Uma ação entre amigos e uma festa junina. O lucro é aplicado em algo decidido na assembleia de pais”, contou a diretora Silvane Silva.

CALENDÁRIO DAS ESCOLAS

ENSINO FUNDAMENTAL

- Até sexta-feira – matrícula para novos alunos.
- Até 4 de dezembro – aula normal.
- 5 e 6 de dezembro – conselho de classe.
- 7 de dezembro – resultado do conselho de classe para os alunos.
- De 10 a 13 de dezembro – exames.
- 17 de dezembro – entrega dos boletins e encerramento do ano.

ENSINO INFANTIL

- Até sexta-feira – novos cadastros.
- De 12 a 14 de novembro – seleção de cadastrados.
- 21 de novembro – divulgação dos selecionados.
- De 26 a 30 de novembro – matrículas.
- 17 de dezembro – avaliação das atividades e encerramento do ano letivo.